

No. 35642

**Brazil
and
Uruguay**

Supplementary Agreement to the Agreement on cooperation between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Eastern Republic of Uruguay for the utilization of the natural resources and the development of the Quaraí River Basin. Montevideo, 6 May 1997

Entry into force: *28 March 1999 by notification, in accordance with article XVII*

Authentic texts: *Portuguese and Spanish*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 27 April 1999*

**Brésil
et
Uruguay**

Accord complémentaire à l'Accord de coopération entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République orientale de l'Uruguay pour l'exploitation des ressources naturelles et la mise en valeur du bassin du fleuve Quaraí. Montevideo, 6 mai 1997

Entrée en vigueur : *28 mars 1999 par notification, conformément à l'article XVII*

Textes authentiques : *portugais et espagnol*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 27 avril 1999*

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

**AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE O GOVERNO
DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA
ORIENTAL DO URUGUAI PARA O APROVEITAMENTO DOS RECURSOS
NATURAIS E O DESENVOLVIMENTO DA BACIA DO RIO QUARAI**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Oriental do Uruguai
(doravante denominados as “Partes”)

Inspirados no desejo de promover a cooperação entre os dois países no
que se refere ao desenvolvimento da Bacia do Rio Quarai, e

Considerando o interesse de promover o manejo, a utilização adequada
e a conservação dos recursos hídricos da Bacia, conforme os propósitos enunciados
no Artigo II, parágrafo I do Acordo de Cooperação entre o Governo da República
Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para o
Aproveitamento dos Recursos Naturais e o Desenvolvimento da Bacia do Rio
Quarai, assinado em 11 de março de 1991,

Ajustam o seguinte:

ARTIGO I

O presente Ajuste Complementar dispõe sobre o uso racional e
sustentável do Rio Quarai. As disposições deste Ajuste não serão consideradas
como precedente para outros rios.

ARTIGO II

Dar-se-á prioridade ao abastecimento de água potável às populações
ribeirinhas, no entendimento de que os órgãos de ambas as Partes encarregados do
abastecimento de água potável procurarão aumentar a disponibilidade de água com
as medidas cabíveis, no âmbito de sua competência.

ARTIGO III

I. Em todo o Rio Quaraí se tomará um caudal máximo total a distribuir entre os usuários de irrigação de ambos os lados.

ARTIGO IV

O caudal máximo do rio Quaraí, a ser distribuído para os usuários de irrigação de ambas as Partes, será igual ao volume máximo de água cujo fornecimento possa ser por elas assegurado. O caudal a ser distribuído, em cada ponto da bacia, será dado pelo produto entre a área da bacia a montante, naquele ponto, e o caudal específico do mesmo ponto. As partes estabelecem, em caráter provisório, que o caudal específico será igual a 0,4 litro/segundo/quilômetro quadrado.

ARTIGO V

As instituições competentes encarregadas da outorga dos direitos de uso serão a Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, no Brasil, e a Direção Nacional de Hidrografia do Ministério dos Transportes e Obras Públicas, no Uruguai. Cada instituição competente deverá comunicar à sua contraparte, anualmente, as outorgas de uso concedidas.

ARTIGO VI

As instituições competentes poderão modificar, de comum acordo, o caudal específico mencionado no Artigo IV, desde que respeitado o limite máximo de 50% do caudal do rio naquele ponto.

ARTIGO VII

Caso, em um determinado ponto, a soma dos caudais a outorgar supere 50% do caudal máximo a distribuir, determinado no Artigo IV, dever-se-á solicitar aprovação prévia da instituição competente da outra Parte.

ARTIGO VIII

Não poderá haver usuários de água que não tenham obtido o direito de uso junto à instituição competente correspondente, salvo em casos específicos de pequenos usos de caráter individual para satisfação das necessidades básicas da vida, tal como previstos na legislação de cada país.

ARTIGO IX

Abaixo do caudal específico mencionado no Artigo IV, dever-se-á instituir, de comum acordo, um sistema de cotas da água disponível. Para tanto, será reduzido o caudal autorizado a cada um dos titulares de direitos em uma porcentagem que se distribuirá equitativamente entre os usuários. O sistema consiste em reduzir os volumes de água extraídos mediante a redução dos tempos de bombeamento. Faculta-se às instituições competentes estabelecer, de comum acordo, as restrições de volumes de bombeamento mencionadas, assim como estabelecer mecanismos de participação dos usuários. Por meio dessa participação, os usuários poderão assessorar nas decisões sobre medidas que se possam tomar para melhorar o aproveitamento das águas.

ARTIGO X

Por razões que julgue conveniente, qualquer das instituições competentes poderá solicitar à sua contraparte a implementação do sistema de cotas descrito no Artigo IX.

ARTIGO XI

Na zona compreendida entre a Ponte da Concórdia e a desembocadura do arroio Pintado serão permitidas as extrações para irrigação enquanto as respectivas escalas sejam superiores à cota de um metro, do lado brasileiro, e de 0,60 metro, do lado uruguaio, suspendendo-se totalmente os bombeamentos quando o nível do rio se encontrar abaixo das mencionadas cotas. Os bombeamentos interrompidos serão habilitados novamente quando o rio tiver superado a cota de 1,20 metro, do lado brasileiro, e de 0,80 metro, do lado uruguaio. Os limites aqui estabelecidos poderão ser modificados de comum acordo pelas instituições competentes.

ARTIGO XII

Não se poderão realizar obras no leito do Rio Quaraí sem o consentimento das instituições competentes de ambas as Partes. Nesse sentido, as Partes comprometem-se a tomar as providências necessárias a fim de que as obras que não tenham o referido consentimento sejam regularizadas ou, quando for o caso, desmanteladas.

ARTIGO XIII

As Partes se comprometem a designar as autoridades nacionais correspondentes para o cumprimento das funções de Polícia das Águas e para o controle e a supervisão do cumprimento das disposições do presente Acordo.

ARTIGO XIV

Ambas as Partes se comprometem a adotar as medidas adequadas para que a qualidade das águas do Rio Quarai esteja de acordo com as normas internacionais existentes sobre a matéria, em vigor para ambas as Partes.

ARTIGO XV

Nesse sentido, ambas as Partes concordam quanto à conveniência de celebrarem um Acordo intergovernamental, que possa ser implementado com o apoio creditício de organismos internacionais, para a realização de um projeto de desenvolvimento integrado da Bacia do Rio Quarai.

ARTIGO XVI

Ambas as Partes se comprometem a conservar os recursos do solo e hídricos da Bacia do Rio Quarai mediante a aplicação de técnicas de conservação de solos, coordenando as reuniões necessárias entre as autoridades competentes com o propósito de alcançar esse objetivo.

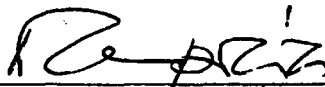
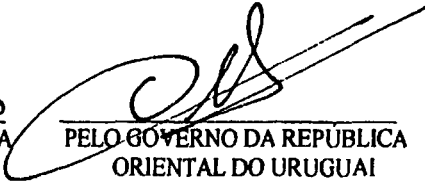
ARTIGO XVII

1. O presente Ajuste Complementar entrará em vigor trinta dias depois de recebida a segunda Nota Verbal de comunicação e terá vigência ilimitada.
2. Qualquer das Partes poderá denunciá-lo, por via diplomática, cessando seus efeitos 90 (noventa) dias após o recebimento da notificação de denúncia.

ARTIGO XVIII

O presente Ajuste Complementar poderá ser alterado, por troca de Notas, mediante entendimento entre as Partes, entrando a alteração em vigor na data de recebimento da Nota de resposta.

Feito em Montevideu, em 06 de maio de 1997, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

	
PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	PELO GOVERNO DA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI
Luiz Felipe Lampreia	Álvaro Ramos

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

**AJUSTE COMPLEMENTARIO AL ACUERDO DE COOPERACION ENTRE
EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL
Y
EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY
PARA EL APROVECHAMIENTO DE LOS RECURSOS NATURALES
Y EL DESARROLLO DE LA CUENCA DEL RIO CUAREIM**

El Gobierno de la República Federativa del Brasil y el Gobierno de la República Oriental del Uruguay (en adelante denominados las "Partes");

Inspirados en el deseo de promover la cooperación entre los dos países en lo que al desarrollo de la Cuenca del Río Cuareim se refiere; y

Considerando el interés de promover el manejo, la utilización adecuada y la conservación de los recursos hídricos de la Cuenca, conforme a los propósitos enunciados en el artículo II, parágrafo 1, del Acuerdo de Cooperación entre el Gobierno de la República Federativa del Brasil y el Gobierno de la República Oriental del Uruguay para el Aprovechamiento de los Recursos Naturales y el Desarrollo de la Cuenca del Río Cuareim, suscripto el 11 de marzo de 1991;

Acuerdan lo siguiente:

ARTICULO I

El presente Ajuste Complementario dispone sobre el uso racional y sustentable del Río Cuareim. Las disposiciones de este Ajuste no serán consideradas como precedente para otros ríos.

ARTICULO II

Se dará prioridad al abastecimiento de agua potable a las poblaciones ribereñas, en el entendido de que los órganos de ambas Partes, encargados del abastecimiento de agua potable procurarán aumentar la disponibilidad de agua, con las medidas pertinentes, en el ámbito de su competencia.

ARTICULO III

En la totalidad del Río Cuareim se tomará un caudal máximo total para distribuir entre los usuarios de irrigación de ambos lados.

ARTICULO IV

El caudal máximo del río Cuareim para ser distribuido entre los usuarios de la irrigación de ambas Partes, será igual al volumen máximo de agua cuyo suministro pueda ser asegurado por ellas. El caudal a ser distribuido, en cada punto de la cuenca, será dado por el producto entre el área de la cuenca aguas arriba en aquel punto y el caudal específico del mismo punto. Las Partes establecen, con carácter provisorio, que el caudal específico será igual a 0,4 litro/segundo/kilómetro cuadrado.

ARTICULO V

Las instituciones competentes encargadas de otorgar los derechos de uso serán la Secretaría de Recursos Hídricos del Ministerio de Medio Ambiente, de los Recursos Hídricos, de la Amazonia Legal en Brasil y la Dirección Nacional de Hidrografía del Ministerio de Transporte y Obras Públicas en Uruguay. Cada institución competente deberá comunicar a su contraparte, anualmente, las concesiones de uso autorizadas.

ARTICULO VI

Las instituciones competentes podrán modificar, de común acuerdo el caudal específico mencionado en el artículo IV, respetando el límite máximo de 50% del caudal del río en dicho punto.

ARTICULO VII

En el caso de que en un determinado punto, la suma de los caudales a otorgar supere el 50% del caudal máximo a distribuir determinado en el artículo IV, se deberá solicitar la aprobación previa de la institución competente de la otra Parte.

ARTICULO VIII

No podrá haber usuarios de agua que no hayan obtenido la debida autorización de uso ante la institución correspondiente, salvo en casos específicos de pequeños usos de carácter individual para la satisfacción de las necesidades básicas de la vida, de acuerdo con lo previsto en la legislación de cada Parte.

ARTICULO IX

Por debajo del caudal específico mencionado en el artículo IV deberá fijarse, de común acuerdo, un sistema de cuotas de agua disponible. Para ello será reducido el caudal autorizado a cada uno de los titulares de derechos en un porcentaje que se distribuirá equitativamente entre los usuarios. El sistema consiste en reducir los volúmenes de agua extraídos mediante reducción de los tiempos de bombeo. Facúltase a las instituciones competentes a establecer, de común acuerdo, las restricciones en los volúmenes de bombeo mencionados, así como a establecer mecanismos de participación de usuarios. Por medio de esa participación los usuarios podrán asesorar en las decisiones sobre medidas a tomar para mejorar el aprovechamiento de las aguas.

ARTICULO X

Por razones que juzgue conveniente, cualquiera de las instituciones competentes podrá solicitar a su contraparte la implementación del sistema de cuotas descrito en el artículo IX.

ARTICULO XI

En la zona comprendida entre el Puente de la Concordia y la desembocadura del Arroyo Pintado, serán permitidas las extracciones para irrigación mientras que las respectivas escalas sean superiores a la cota de 0,60 metros del lado uruguayo y 1,00 metros del lado brasileño, suspendiéndose totalmente los bombeos cuando el nivel del río se encuentre por debajo de las mencionadas cotas. Los bombeos interrumpidos serán habilitados nuevamente cuando el río hubiere superado la cota de 0,80 metros del lado uruguayo y 1,20 metros del lado brasileño. Los límites aquí establecidos podrán ser modificados de común acuerdo entre las instituciones competentes.

ARTICULO XII

No se podrá realizar obras en el lecho del Río Cuareim sin el consentimiento de las instituciones competentes de ambas Partes. En ese sentido, las Partes se comprometen a tomar las providencias necesarias a fin de que las obras que no tengan la referida autorización, seau regularizadas, o cuando fuera del caso, desmanteladas.

ARTICULO XIII

Las Partes se comprometen a designar las autoridades nacionales correspondientes para el cumplimiento de las funciones de policía fluvial y para el control y la supervisión del cumplimiento de las disposiciones del presente Acuerdo.

ARTICULO XIV

Ambas Partes se comprometen a adoptar las medidas adecuadas para que la calidad de las aguas del Río Cuareim esté de acuerdo con las normas internacionales existentes en la materia, en vigor para ambas Partes.

ARTICULO XV

En ese sentido, ambas Partes concuerdan en la conveniencia de celebrar un Acuerdo intergubernamental, que pueda ser implementado con el apoyo crediticio de organismos internacionales, para la realización de un proyecto de desarrollo integrado de la Cuenca del Río Cuareim.

ARTICULO XVI

Ambas Partes se comprometen a conservar los recursos del suelo e hídricos de la Cuenca del Río Cuareim mediante la aplicación de técnicas de conservación de suelos, coordinando las reuniones necesarias entre las autoridades competentes con el propósito de alcanzar ese objetivo.

ARTICULO XVII

1. El presente Ajuste Complementario entrará en vigor 30 (treinta) días después de recibida la segunda Nota Verbal de Comunicación y tendrá una vigencia ilimitada.

2. Cualquiera de las Partes podrá denunciarlo, por la vía diplomática, cesando sus efectos 90 (noventa) días después de recibida la notificación de denuncia.

ARTICULO XVIII

El presente Ajuste Complementario podrá ser modificado, por Canje de Notas, mediante acuerdo entre las Partes, entrando el cambio en vigor en la fecha de recepción de la Nota de respuesta.

Hecho en Montevideo, el 06 de mayo de 1997, en dos ejemplares originales en idiomas portugués y español, siendo ambos textos igualmente auténticos.


POR EL GOBIERNO
DE LA REPUBLICA FEDERATIVA
DEL BRASIL

Luiz Felipe Lampreia


POR EL GOBIERNO
DE LA REPUBLICA ORIENTAL
DEL URUGUAY

Alvaro Ramos

[TRANSLATION - TRADUCTION]

SUPPLEMENTARY AGREEMENT TO THE AGREEMENT ON COOPERATION BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE EASTERN REPUBLIC OF URUGUAY FOR THE UTILIZATION OF THE NATURAL RESOURCES AND THE DEVELOPMENT OF THE QUARAI RIVER BASIN

The Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Eastern Republic of Uruguay (hereinafter referred to as "the Parties"),

Prompted by the desire to promote cooperation between the two States with regard to the development of the Quarai [Cuareim] River Basin, and

Considering the advantage of promoting the management, appropriate use and conservation of the water resources of the Basin in accordance with the objectives set out in article II, paragraph 1, of the Agreement on cooperation between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Eastern Republic of Uruguay for the utilization of the natural resources and the development of the Quarai River Basin, signed on 11 March 1991,

Have agreed as follows:

Article I

This Supplementary Agreement governs the rational and sustainable use of the Quarai [Cuareim] River. The provisions of this Supplementary Agreement shall not be taken as a precedent in the case of other rivers.

Article II

Priority shall be given to supplying drinking water to the border populations, on the understanding that the authorities of the two Parties responsible for the supply of drinking water will endeavour to increase the availability of water by appropriate means, within the scope of their competence.

Article III

A maximum total volume of water shall be taken from the entire Quarai [Cuareim] River for distribution among the users of irrigation on both sides.

Article IV

The maximum volume of flow of the Quaral [Cuareim] River to be distributed to the users of irrigation of both Parties shall equal the maximum volume of water which the Parties are able to supply. At each point of the river basin, the volume of flow to be distributed

shall be determined by multiplying the area of the basin upstream of that point by the specific volume of flow at that same point. The Parties shall, as a provisional measure, establish that the specific volume of flow shall equal 0.40 of a litre per second per square kilometre.

Article V

The competent institutions responsible for granting rights of use shall be, in Brazil, the Water Resources Secretariat of the Ministry of the Environment, Water Resources and Legal Amazonia and, in Uruguay, the National Hydrographic Department of the Ministry of Transport and Public Works. Each competent institution shall annually inform its counterpart of the user franchises awarded.

Article VI

The competent institutions may, by mutual agreement, modify the specific volume of flow referred to in article IV, provided that they hold to the maximum limit of 50 per cent of the river's volume of flow at a given point.

Article VII

Where the sum total of the volumes of flow to be franchised at a given point exceeds 50 per cent of the maximum volume of flow to be distributed as set out in article IV, the approval of the competent institution of the other Party must be requested in advance.

Article VIII

Persons who have not obtained an authorization from the appropriate competent institution may not be users of water, except in specific instances in which small amounts of water are used on an individual basis to satisfy the basic necessities of life, as stipulated under the legislation of each State.

Article IX

A system of quotas shall be instituted by mutual agreement for available water that falls below the specific volume of flow referred to in article IV. To that end, the authorized volume of water for each of the entitled users shall be reduced by a percentage to be distributed equitably among the users. The system shall entail reducing the volumes of water extracted by reducing the pumping times. The competent institutions shall have the authority to set such restrictions, by mutual agreement, on the volumes to be pumped and to establish mechanisms for the participation of users. Such participation will enable the users to offer advice when decisions are taken on possible steps to improve the utilization of the waters.

Article X

For reasons it deems appropriate, either of the competent institutions may request its counterpart to implement the quota system referred to in article IX.

Article XI

In the area between the Concordia Bridge and the mouth of the Arroyo Pintado, water may be extracted for irrigation as long as the respective scales are above a prescribed level of one metre, on the Brazilian side, and 0.60 of a metre, on the Uruguayan side, with the pumping totally suspended when the level of the river falls below those prescribed levels. The interrupted pumping shall be allowed to resume when the river has risen above a prescribed level of 1.20 metres, on the Brazilian side, and 0.80 of a metre, on the Uruguayan side. The limits hereby established may be modified by the competent institutions by mutual agreement.

Article XII

No construction sites may be set up on the bed of the Quarai [Cuareim] River without the consent of the competent authorities of both Parties. Accordingly, the Parties undertake to do what is required to ensure that any sites which have not obtained such approval are made to comply with regulations or, where necessary, are dismantled.

Article XIII

The Parties undertake to appoint appropriate national authorities to act as water patrol officers and to monitor and supervise compliance with the provisions of this Supplementary Agreement.

Article XIV

The two Parties undertake to adopt appropriate measures to ensure that the water quality of the Quarai [Cuareim] River meets the existing international standards in the field in so far as they apply to the two Parties.

Article XV

Accordingly, the two Parties agree on the advisability of concluding an intergovernmental agreement, implemented with the support of credit from international agencies, concerning the execution of a project for the integrated development of the Quarai [Cuarcim] River Basin.

Article XVI

The two Parties undertake to conserve the soil and water resources of the Quarai [Cuaraim] River Basin by applying soil conservation techniques, with joint arrangements to be made for any meetings required between the competent authorities in order to further this objective.

Article XVII

1. This Supplementary Agreement shall enter into force 30 days after the receipt of the second note verbale of communication and shall remain in force indefinitely.

2. Either Party may denounce it, through the diplomatic channel, and it shall cease to have effect 90 days after the receipt of the notice of denunciation.

Article XVIII

This Supplementary Agreement may be modified, through an exchange of notes, by agreement between the Parties, and the modification shall enter into force on the date of receipt of the note of reply.

Done at Montevideo on 6 May 1997 in duplicate originals in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

LUIZ FELIPE LAMPREIA

For the Government of the Eastern Republic of Uruguay:

ALVARO RAMOS

[TRANSLATION - TRADUCTION]

ACCORD COMPLÉMENTAIRE À L'ACCORD DE COOPÉRATION ENTRE
LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL
ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE ORIENTALE DE
L'URUGUAY POUR LA MISE EN VALEUR DES RESSOURCES
NATURELLES ET LE DÉVELOPPEMENT DU BASSIN DU FLEUVE
QUARAÍ

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République orientale de l'Uruguay (ci-après dénommés les "Parties"),

Animés du désir de promouvoir la coopération entre les deux pays en ce qui concerne le développement du bassin du fleuve Quaraí, et

Considérant qu'il est de l'intérêt des deux pays de promouvoir la mise en valeur, l'utilisation rationnelle et la conservation des ressources hydrauliques du bassin conformément aux buts énoncés au paragraphe 1 de l'article II de l'Accord de coopération entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République orientale de l'Uruguay relatif à la mise en valeur des ressources naturelles et au développement du bassin du fleuve Quaraí, signé le 11 mars 1991,

Sont convenus de ce qui suit:

Article premier

Le présent Accord complémentaire a pour objet une utilisation rationnelle et durable du bassin du fleuve Quaraí et ses dispositions ne seront pas considérées comme précédent pour d'autres fleuves.

Article II

La priorité sera accordée à l'approvisionnement en eau potable des populations riveraines, étant entendu que les organes des deux Parties chargées de l'approvisionnement en eau potable s'efforceront, dans les limites de leur compétence, d'adopter les mesures nécessaires pour accroître la disponibilité d'eau.

Article III

Il sera prélevé sur toute la longueur du fleuve Quaraí un volume maximum total d'eau à répartir entre les usagers des systèmes d'irrigation de part et d'autre du fleuve.

Article IV

Le volume maximum d'eau à prélever dans le fleuve Quaraí pour être distribué aux usagers des services d'irrigation des deux Parties sera égal au volume maximum d'eau dont elles pourront assurer la distribution. Le volume d'eau devant être distribué en chaque point

du bassin sera égal au produit entre la superficie du bassin en amont du point considéré et le débit spécifique du fleuve en ce point. Les Parties conviennent provisoirement que le débit spécifique sera égal à 0,4 litre par seconde et par kilomètre carré.

Article V

Les institutions compétentes pour l'octroi des droits d'utilisation seront le Secrétariat aux ressources hydrauliques du Ministère de l'environnement, des ressources hydrauliques et de l'Amazonie légale au Brésil et la Direction nationale de l'hydrographie du Ministère des transports et des travaux publics de l'Uruguay. Chaque institution compétente informera chaque année son homologue des droits d'usage accordés.

Article VI

Les institutions compétentes pourront modifier d'un commun accord le débit spécifique visé à l'article IV dans une limite maximum de 50 pour cent du débit du fleuve au point considéré.

Article VII

Au cas où, en un point déterminé, la somme des volumes à accorder dépasserait 50 pour cent du volume maximum à distribuer déterminé conformément à l'article IV, l'approbation préalable de l'institution compétente de l'autre Partie devra être obtenue.

Article VIII

Hormis les cas particuliers de petites utilisations de caractère individuel visant à satisfaire les besoins essentiels de la vie, conformément aux dispositions de la législation de chacune des Parties, l'eau ne pourra être distribuée qu'aux usagers ayant obtenu l'autorisation voulue de l'institution compétente.

Article IX

Un système de contingents d'eau disponible sera établi d'un commun accord, étant entendu que lesdits contingents devront être inférieurs au volume spécifique visé à l'article IV. À cette fin, le volume d'eau auquel peut prétendre chacun des titulaires de droit d'utilisation sera réduit d'un pourcentage qui sera réparti équitablement entre les usagers, l'intention étant de réduire le volume des prélèvements d'eau grâce à une réduction de la durée du pompage. Les institutions compétentes sont habilitées à imposer d'un commun accord des restrictions au volume d'eau pompé ainsi qu'à mettre en place un mécanisme de participation des usagers, grâce auquel ces derniers pourront exprimer leur avis concernant les décisions touchant les mesures à adopter pour améliorer la mise en valeur des eaux.

Article X

L'une ou l'autre des institutions compétentes pourra, si elle le juge opportun, demander à son homologue d'appliquer le système de contingent décrit à l'article IX.

Article XI

Dans la zone comprise entre le pont de la Concorde et l'embouchure de l'Arroyo Pintado, il pourra être prélevé des eaux d'irrigation aussi longtemps que les échelles respectives dépasseront la cote de 0,60 mètre du côté uruguayen et la cote de 1,00 mètre du côté brésilien, les opérations de pompage devant être totalement suspendues dès lors que le niveau du fleuve tombe au-dessous desdites cotes. Les opérations de pompage interrompues pourront être reprises lorsque le niveau du fleuve dépassera la cote de 0,80 mètre du côté uruguayen et de 1,20 mètre du côté brésilien. Les limites fixées dans le présent article pourront être modifiées d'un commun accord entre les institutions compétentes.

Article XII

Il ne pourra être réalisé aucun ouvrage sur le lit du fleuve Quaraí sans l'autorisation des institutions compétentes des deux Parties. À cette fin, les Parties s'engagent à adopter les dispositions nécessaires pour que les ouvrages réalisés sans l'autorisation susmentionnée soient régularisés ou, s'il y a lieu, démantelés.

Article XIII

Les Parties s'engagent à désigner les autorités nationales chargées des fonctions de police fluviale ainsi que du contrôle et de la surveillance de l'application des dispositions du présent Accord.

Article XIV

Les Parties s'engagent à adopter les mesures nécessaires pour que la qualité des eaux du fleuve Quaraí réponde aux normes internationales existantes en la matière en vigueur à l'égard des deux Parties.

Article XV

À cette fin, les deux Parties conviennent de l'opportunité de conclure un accord intergouvernemental qui puisse être mis en oeuvre avec l'appui de crédits d'organisations internationales pour la réalisation d'un projet de développement intégré du bassin du fleuve Quaraí.

Article XVI

Les deux Parties s'engagent à promouvoir la conservation des ressources telluriques et hydrauliques du bassin du fleuve Quaraí grâce à l'application de méthodes de conservation des sols et convoqueront les réunions nécessaires entre leurs autorités compétentes en vue de faciliter la réalisation de cet objectif.

Article XVII

1. Le présent Accord complémentaire entrera en vigueur 30 (trente) jours suivant la date de réception de la deuxième note verbale de confirmation et le restera pendant une durée illimitée.

2. L'une ou l'autre des Parties pourra dénoncer le présent Accord par la voie diplomatique, auquel cas ledit Accord cessera de produire effet 90 (quatre-vingt dix) jours suivant la réception de la notification de dénonciation.

Article XVIII

Le présent Accord complémentaire pourra être modifié par les Parties par échange de notes, auquel cas la modification convenue entrera en vigueur à la date de réception de la note en réponse.

Fait à Montevideo le 6 mai 1997, en deux exemplaires originaux en langues espagnole et portugaise, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil:

LUIZ FELIPE LAMPREIA

Pour le Gouvernement de la République orientale de l'Uruguay:

LVARO RAMOS

